

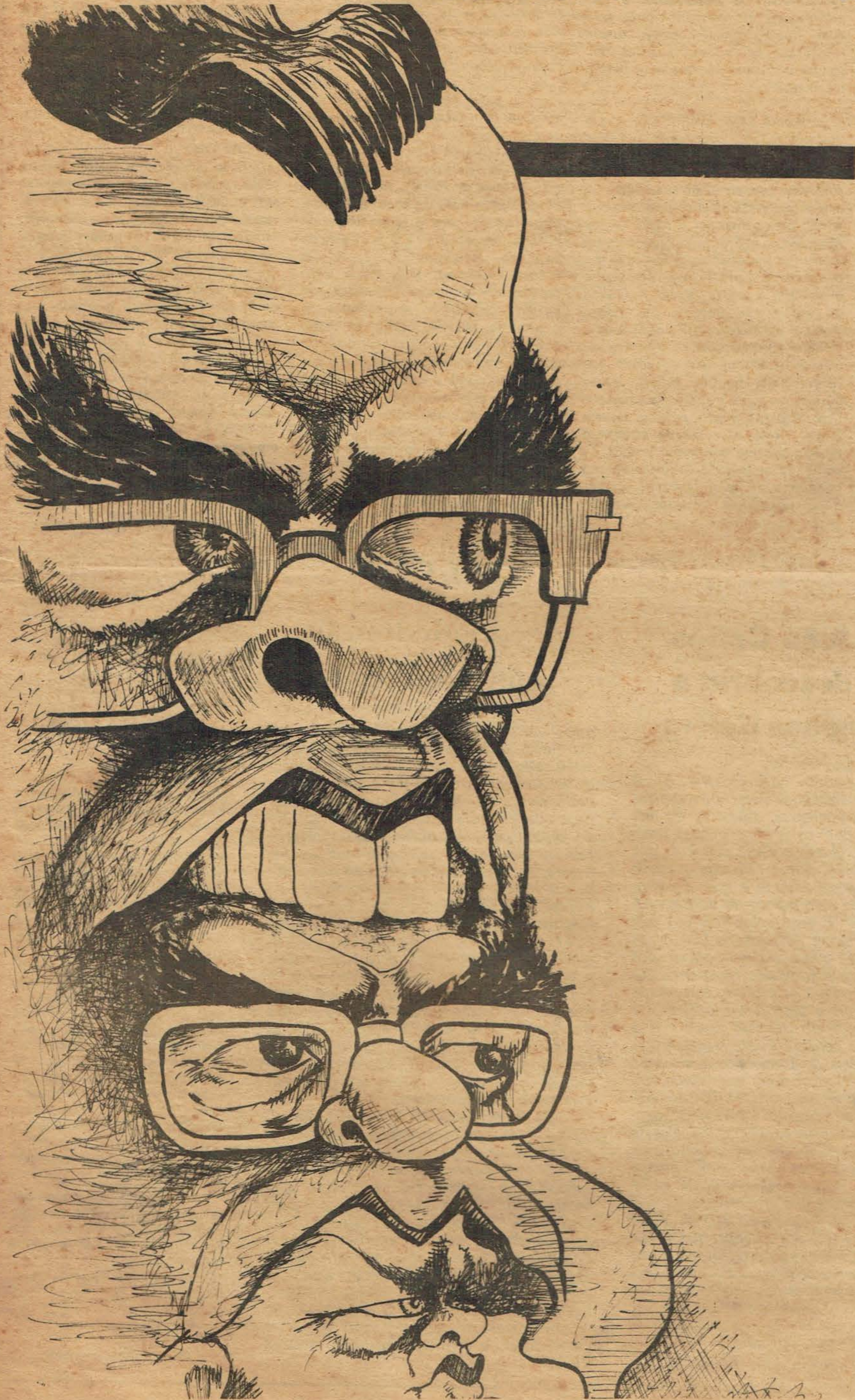
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ  
Cidade do Pará

# BANDEIRA 3

No. 7

Belém, 2 de setembro de 1975

Cr\$ 4,00



**Qual dos três líderes ganhará esta batalha?**



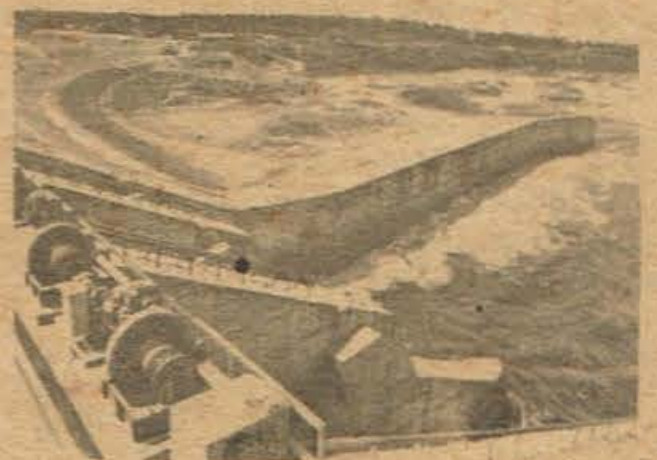
**Os índios estão perdendo toda a sua autonomia**



**Os índios estão insatisfeitos com o governo**



**As empresas que estão destruindo nossa Amazônia**



**Curuá-Una: uma usina de futuro muito incerto**



noitece. Um índio coberto de penas, com muita tinta de ucuru espalhada pelo corpo, se levanta e fica em pé junto a algumas mulheres. Canta e começa a agitar com força o maracá. Logo o pajé é acompanhado pela mulher e filhas, que também cantam e batem no chão, compassadamente, com a taquara de dança. Pou-

co a pouco vão se reunindo todas as mulheres, cantando e batendo no chão, e se sentam em fila, ao longo da parede, com a cara voltada para o oriente. Os outros índios ficam afastados daquele grupo enquanto o canto prossegue, durante horas.

O pajé agora é o único a cantar, fazendo muitos gestos e contorcendo o corpo. Há um ambiente de expectativa porque ele está recebendo faculdades sobrenaturais das potências para transmiti-las a um menino que está ao seu lado. O pajé estende os braços como se carregasse algo e coloca as mãos na cabeça e no corpo do menino, como se vestisse nele uma camisa. O indiozinho está batizado, acaba de receber uma parte do poder mágico do pajé. Ele se dirige então para um jovem branco, o único no meio de tantos índios, e repete com ele o mesmo ritual. O branco ouve, compenetrado, o nome com que é batizado: Nimuendaju. Termina o hemonagarai, a cerimônia de batismo dos índios Apopokawa-Guarani, termina também a vida do jovem alemão Curt Unkel, começa a do etnólogo Nimuendaju, a do índio Nimuendaju.

## O herói dos índios brasileiros: este alemão misterioso

Na língua guarani, Nimeundaju significa "aquele que soube abrir seu próprio caminho neste mundo e conquistar seu lugar". Poucos souberam justificar tão bem o nome recebido quanto o alemão Curt Unkel, que aos 22 anos, apenas dois deles no Brasil, quis virar índio e viver como um deles. E virou: como etnólogo, "um dos maiores de todo este século", segundo um de seus poucos amigos brancos, o também etnólogo Herbert Baldus, participou de 40 expedições de pesquisa e pacificação (uma por ano, entre 1905 e 1939), viveu a maior parte de seus dias entre os índios, recebeu as maiores homenagens que até hoje um branco mereceu nas aldeias, casou com uma descendente de índios e morreu entre eles. É um dos poucos "civilizados" que onsegue ser citado por tribos de várias partes do Brasil. Ainda hoje, quando alguém se refere a Nimuendaju, há sempre um índio para acrescentar: nosso grande herói.

Seria difícil prever esse destino para o jovem alemão nascido em Lena que aos 20 anos, em 1903, chegou ao Brasil numa expedição para explorar a região norte. Sem qualquer motivação intelectual que o levasse a procurar os índios (nunca chegou a possuir nenhum título universitário), Nimuendaju se ligou a eles por motivos puramente pessoais, íntimos, dos quais preferiu não falar, ou falava como os índios: economizando palavras.

— Sou um índio, sempre fui.

A pele clara, a pouca idade e a péssima situação dos Apopokawa não impediram que ele encaesse seriamente sua incorporação à tribo, realizada durante o batismo: ao longo de dois anos, diria depois, "compartilhei fielmente com eles a miséria de um povo moribundo".

Da semelhança de Nimuendaju com o "civilizado" de origem restou apenas a cor da pele e a capacidade de pensar em nível mais refinado do que o nível primitivo. No resto, distanciou-se completamente dos brancos. E até assustava, como fez ao padre Secondi, com quem viajou pelo Araguaia em 1940. Não conversava com ninguém, sempre esquivo e fechado, ficava dias

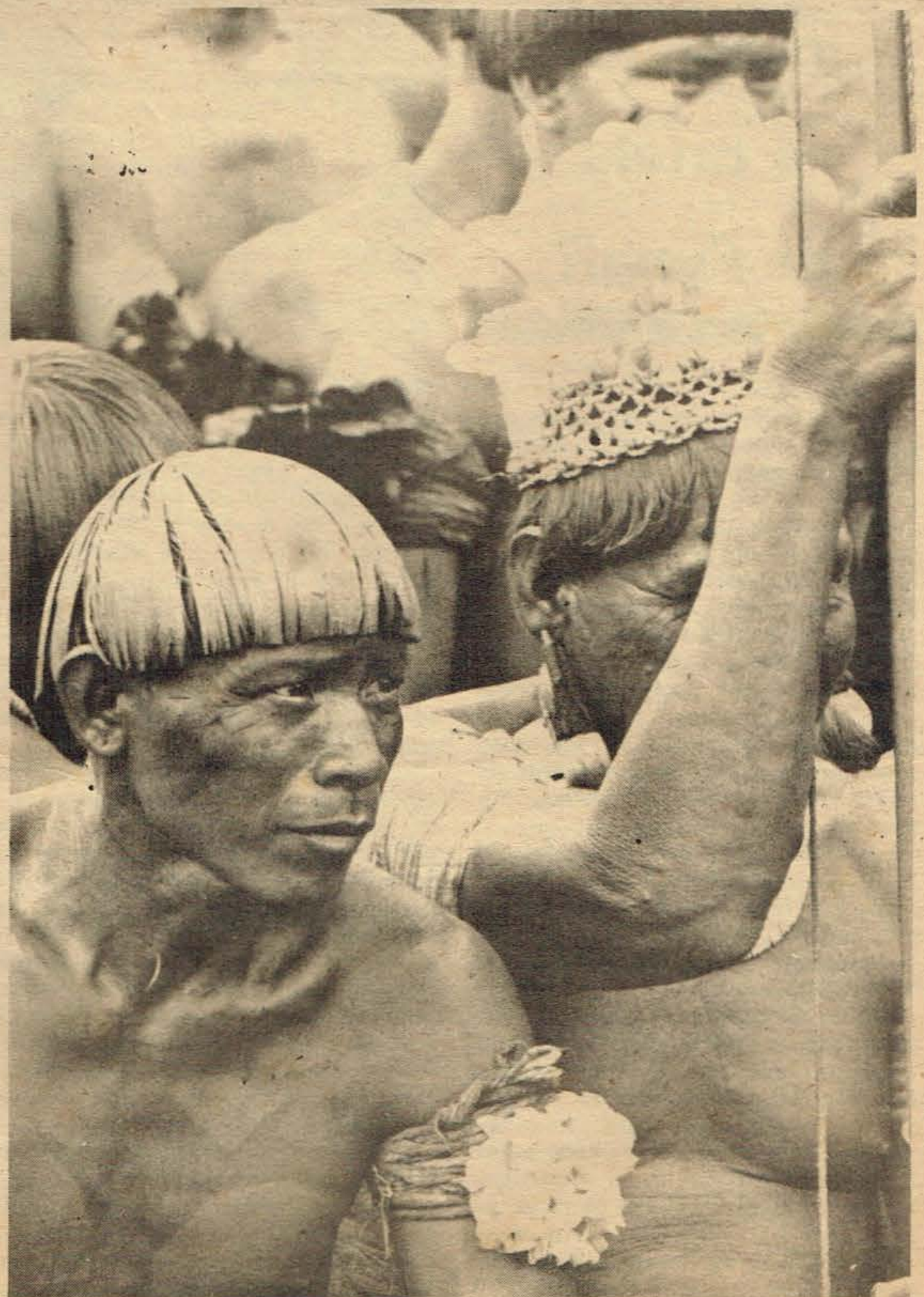
sem dizer uma só palavra, olhando o sol e estudando o rio com a bússola nas mãos, sem ao menos olhar para as pessoas ao lado. Só depois de anoitecer é que chegava a conversar com alguém — palavras rápidas e curtas.

Se o barco parava à noite, Nimuendaju descia, procurava uma árvore na praia e lá armava a sua rede, afastado de todos. Só reaparecia no dia seguinte, para saber a que horas o barco partiria. Mas ninguém se atrevia a imaginar um índio ocupando aquela pele clara: a preocupação de Nimuendaju com a limpeza pessoal era quase doentia e em qualquer situação ele não deixava de barbear-se diariamente. Seu mapas eram desenhados com primor e os pacotes que fazia eram logo reconhecidos pelos amigos: perfeitos.

Escrevia para poucas pessoas, nunca tirou fotografias (seu único retrato está no Museu Emílio Goeldi), não se importava com o que diziam de seus trabalhos sobre etnologia, linguística ou arqueologia (publicou 22 obras). Só se preocupava com o relacionamento com os índios. Numa das cartas ao amigo Baldus, dizia: "com os Tikuna vivo como Deus com os anjos, e com a odiosidade de certos civilizados não me incomodo".

Mas nunca ficou parado, mesmo quando em 1943 os médicos o aconselharam a abandonar a vida da selva porque ela poderia ser fatal ao seu coração. Os problemas de saúde eram realmente graves e ele chegou a pensar em não mais "ver os campos dos Kanela em sol nem os igapós sombrios dos Tikuna". Enganou-se: dois anos depois já empreendia "uma breve nova viagem aos Tikuna". A última.

O contato direto com os índios deu condições a Nimuendaju de iniciar uma nova fase nos estudos etnológicos no Brasil. Vivendo comunitariamente nas aldeias, ele se antecipou aos trabalhos sistematizados que etnólogos de formação universitária haveriam de fazer alguns anos mais tarde, a maioria deles também alemães como Baldus e Egon Schaden, de alguma maneira seus discípulos. Baldus achava que "não há,



nem nunca houve, pessoa cujos conhecimentos dos índios do Brasil sejam tão amplos e profundos como os deste grande explorador”

O fato de ter mantido convívio durante 40 anos com os índios deu certamente estas condições a Nimuendaju. Percorrendo dezenas de tribos, ele foi reunindo um vasto material sobre o vocábulo, as lendas e a organização social das populações indígenas, além de enriquecer museus brasileiros, alemães e suecos. Uma de suas maiores contribuições, porém, surgiu por acaso. Em 1923 Nimuendaju passeava pelas ruas de Santarém e notou uns cacos de cerâmica que as chuvas tinham desencavado da terra. Ficou intrigado pelo estilo daquelas peças e resolveu fazer escavações no lugar. Pouco a pouco foi descobrindo as primeiras peças da cerâmica de uma nação indígena exterminada no século dezoito, os Tapajós, considerada posteriormente como a mais evoluída civilização primitiva do Brasil. A monografia que Nimuendaju escreveu continua sendo até hoje o melhor ensaio sobre os Tapajós.

Seus trabalhos não eram apenas teóricos nem meras descrições de viagens. Nimuendaju também pacificou algumas tribos, como a dos Kaingang, em Santa Catarina, e a dos Parintin, no rio Madeira, feita em 1922, uma das

mais difíceis missões que ele cumpriu.

O primeiro trabalho de aproximação não deu bons resultados: os facões, roupas e missangas que Nimuendaju e seu grupo deixaram em vários lugares da mata sumiram, mas os índios deixaram em substituição flechas no chão. Era sinal de que aceitavam os presentes, mas não confiavam nos doadores. Novos presentes foram deixados e novas flechas retribuídas, agora não apenas fincadas no chão mas também no barracão onde os expedicionários estavam: desconfiando das intenções dos índios, Nimuendaju mandara construir o barracão com madeira sólida e coberto de folhas de zinco. No primeiro ataque, a medida deu certo: as flechas não ofereciam nenhum perigo e foi possível resistir sem atirar nos Parintin.

No segundo ataque, Nimuendaju deu um susto nos seus companheiros: saiu do barracão e foi atrás dos índios, falando em tupi e oferecendo mais presentes. Os índios, assustados, fugiram. No terceiro ataque, eles tentaram destruir a cerca de arame farpado que Nimuendaju mandara construir ao redor do barracão. Vendo-os, Nimuendaju manda seus companheiros atirarem para o ar, alguns índios fogem mas outros ficam. Nimuendaju sai do barracão e deixa próximo a eles uma bacia com

presentes. Os Parintin que fugiram para o outro lado do rio fazem sinais e Nimuendaju manda soltar outra bacia de presentes para eles no rio. Enquanto um se lança nas águas para buscar a bacia, outro dispara uma flecha na direção de Nimuendaju, mas sem conseguir atingi-lo. Ele não se perturba e oferece outra bacia com presentes e um dos guerreiros atravessa o rio para pegá-la. Nimuendaju procura aproximar-se dele falando em guarani e então é melhor entendido porque esse idioma é muito mais semelhante ao dos Parintin do que o tupi. O índio faz sinal de que está com fome e Nimuendaju entrega nas mãos dele um paneiro de farinha. A aproximação está feita, a “pacificação” começa. Nimuendaju sorri pela primeira vez.

Depois de pacificar uma tribo, Nimuendaju se ligava permanentemente a ela, procurando ajudá-la e defendê-la. Chegou a instalar uma escolinha de alfabetização no Araribá, onde ele — muito zeloso com o desempenho dos alunos — dava aulas. Ficava sinceramente amargurado quando os índios o tratavam com desconfiança ou até desprezo, “como a um civilizado qualquer”. Tinha um grande ódio aos colonizadores e não se cansava de reclamar pelos índios. Uma vez, quando estudava os índios Kanela, escreveu a Heloísa Alberto Torres, diretora do

Museu Nacional: “se possível, mandê-me mais algum auxílio. Lembre-se que sou o único parente rico de 300 Kanela probes”.

Sua identificação com os índios era tão grande que em certa ocasião, sofrendo de impaludismo, subnutrição e disenteria na aldeia do Araribá, recorreu à medicina guarani e não aos remédios da civilização moderna, apesar de que ele próprio já não esperava sobreviver. As drogas que o pajé lhe deu conseguiram salvá-lo.

Sua mulher foi uma índia apinajé, seu pai adotivo o índio Arajoguiroá e os Kambokâmera o elegeram chefe supremo da tribo, em substituição ao cacique morto. Numa tarde de 20 de dezembro de 1945, Nimuendaju lia tranquilamente uma carta em cima de uma cama feita de cipós e sustentada no ar por pedaços de madeira cravados no chão, que ele mesmo construira, numa aldeia de Santa Rita, no Amazonas, quando, subitamente sentiu-se mal e morreu antes de ser atendido. Os livros que trazia consigo e o monte de folhas escritas foram entregues ao juiz municipal do Alto Solimões. Mas o corpo de Nimuendaju ficou enterrado na aldeia, como ele queria. E seu nome é hoje o nome da antiga aldeia Araribá, onde 40 anos antes o jovem Carl Unkel virara Nimuendaju para ser o grande herói dos índios. E índio que nem eles.

## E se os índios renegam à tutela da Funai?



O que acontecerá no dia em que o índio estiver consciente dos direitos que lhe são assegurados pela Constituição Brasileira e procurar, a qualquer preço, resguardá-los? E quando isso acontecer, qual será a atitude da Fundação Nacional do Índio, em defesa desses direitos? Essas perguntas passaram a ser feitas com maior intensidade desde a semana passada, quando índios da tribo Guajajara, do Maranhão, entregaram um ultimatum aos posseiros que invadiram sua reserva de 300 mil hectares, exigindo que eles deixem suas terras ou “a área será varrida de qualquer maneira”.

A disposição dos índios em não mais tolerar a presença dos civilizados em sua terra foi sentida, pela primeira vez, numa reunião mantida no início desse ano, no gabinete do delegado da FUNAI, em São Luís, entre os caciques da tribo Guajajara, representantes dos posseiros e da FUNAI, que estimulou e encampou a reivindicação indígena. Depois de três horas de discussão, os posseiros prometeram que deixariam as terras da reserva no dia 31 de julho passado, fim da safra do arroz, com o que concordaram a FUNAI e os caciques.

Mas, em junho, com a safra do arroz já no final, alguns posseiros começaram novas plantações e foram expulsos por um grupo de índios Guajajaras, lide-

rados pelo chefe do posto indígena de Angico Torto, localizado na parte norte da reserva, onde existe um povoado com aproximadamente mil famílias de colonos. Os índios queimaram as plantações, as casas dos posseiros e advertiram os demais que não admitiam mais a entrada na área de novas famílias e o início de novas plantações. Enquanto isso, continuavam pequenas escaramuças entre os índios e caçadores do interior da reserva, mas sem casos de morte confirmados nos dois lados.

No dia 31 de julho, expirado o prazo, os posseiros continuavam nas terras dos índios. Uma outra reunião foi realizada em São Luís e os colonos da parte norte da reserva conseguiram que o prazo fosse dilatado até o dia 31 de setembro, sob os mais diversos pretextos, inclusive “perda da safra” já terminada. O novo prazo foi fixado pelos próprios colonos, que foram deixados à vontade pelos índios, para que determinassem a data que bem entendessem. Mas que nesse dia não existisse mais nenhum civilizado em toda a reserva.

Na mesma reunião foi mantido o prazo de 31 de setembro para os moradores de três povoados, com mais de 10 mil habitantes, localizados, na parte sul da reserva, abandonassem definitivamente a área. O acordo não só não foi cumprido como novas famílias se instalaram

nos povoados de Alto Alegre, São Pedro e Centro Velho. E, no final da semana passada, depois de uma reunião com a tribo, o chefe do posto Canabrava, Eliomar Gerhardt, entregou um ofício aos representantes dos moradores onde era um ultimatum: ou o acordo é cumprido e a terra desocupada, ou “juntaremos dois mil índios Guajajaras e varreremos a área de qualquer maneira.”

O zelo dos chefes de postos indígenas na reserva dos Guajajaras, a maior parte jovens sensíveis aos problemas dos índios, não chega, por outro lado, a ser assumido publicamente pela FUNAI, que procura “resolver as coisas com parcimônia, procurando conciliar os interesses para evitar a ocorrência de conflitos mais sérios”, segundo o delegado regional da autarquia em São Luís, José Raimundo Renor. Uma proposta para que os índios sejam transferidos para uma outra área que seria doada pela prefeitura de Grajaú, distante mais de 400 quilômetros de São Luís, por exemplo, está sendo bastante considerada pela FUNAI, embora seja certo que isso não resolverá os problemas provocados pelo contato frequente dos índios mais civilizados.

Uma coisa, porém, é certa: os Guajajaras estão conscientes de seus direitos sobre as terras que vêm, dia a

dia, devastada pelo branco. Como consequência, a caça está desaparecendo, o pescado escasseou e a sobrevivência da tribo, gradativamente, fica ameaçada. Por isso, e sabedores de que as terras por direito lhes pertencem, eles não estão dispostos a tolerar a presença do branco destruidor, por mais tempo. E, então, até quando a FUNAI — que estimulou esse processo — será capaz de garantir a confiança do índio? Com o índio consciente de seus problemas, das causas que o geram, persistirá em sua política de parcimônia, sem definições precisas em defesa da causa indígena?

É possível que a resposta a essas perguntas seja conhecida nos próximos dias, com o desfecho que será encontrado para solucionar os problemas existentes na área do posto Canabrava, onde os índios estão, praticamente, em pé de guerra. Se os posseiros permanecerem na área, será sinal de que a FUNAI decidiu manter a política de “parcimônia” tão bem definida pelo delegado da autarquia em São Luís. Se os índios atacarem, como foi prometido, é preciso que os responsáveis pela política indígena pensem, mais uma vez, na situação em que se encontra o índio, talvez sob pena de perderem sua própria autoridade sobre eles. Um confronto armado entre índios e civilizados será um marco divisor na história da política indígena brasileira.